

32 ABR 1988

ANC 12

## Choque inevitável

Aos trancos e barrancos, com avanços e recuos, o Congresso constituinte vai produzindo a nova Carta, que regerá o país a partir de meados do ano. A promulgação da Constituição marcará a abertura de um novo período. A rigor, é a partir desta data, que se poderá, efetivamente, falar em "nova República". Haverá um novo estatuto a regular a vida do país, a relação dos cidadãos com o Estado, a organizar os poderes.

Cada um, indivíduo ou agrupamento político, poderá gostar mais ou menos do novo texto; de qualquer forma, ele será o produto de um retrato do país real. É verdade que há distorções neste flagrante, julho de 1988 (mês provável da promulgação) não é novembro de 1986, quando os parlamentares foram eleitos. Mas este é um problema comum a todas as representações — o correr do tempo encarrega-se de distorcê-las. Novas eleições parlamentares devem se realizar em 1990, para corrigir as distorções, acertar o foco do retrato do país. Assim é a democracia.

O que importa é o rompimento com o passado, ainda que persistam anacronismos. Passado, no caso, trata-se do longo período do regime militar imposto 24 anos atrás. Aí é que reside o problema. Enquanto

Brasil 71

o Congresso constituinte instalará uma nova ordem, o governo federal, a cada dia, assemelha-se mais e mais com a velha ordenação que se quer sepultar, com a promulgação da Carta. Basta citar as três figuras que, no esquema sarneyzista, concentram o poder: o próprio Sarney, ex-presidente do PDS, Prisco Viana, ex-secretário-geral do PDS, e Antônio Carlos Magalhães, ex-governador da Bahia, também pelo PDS. O assunto já está batido, nem vale a pena esticá-lo.

O choque é inevitável entre o governo Sarney e o país que estará moldado pela nova Constituição. Choque que já se estabelece embrionariamente quando, por exemplo, autoridades do primeiro escalão do governo federal sussurram que, se Leonel Brizola ganhar as eleições presidenciais, ocorram elas em 1988 ou 1989, não tomará posse. Ou que, se tomar posse, não durará muito tempo na Presidência.

No momento em que os trabalhos constituintes caminham para a reta final, este tema precisa entrar na pauta. A nova ordem precisa de garantias para se estabelecer, e manter-se.

Mauro Lopes